

O trabalho como escolha e oportunidade

Antonio Chiesi

Alberto Martinelli

IARDI

Tradução de Nilson Moulin

Publicado em: CAVALLI, Alessandro e LILLO, Antonio (orgs.). Giovani anni 90. Bologna: Il Mulino, 1993. Cap. II.

Premissa

As atitudes em relação ao trabalho constituíram sempre um dos temas de maior interesse nos estudos sociológicos e psicológicos sobre a condição juvenil por razões facilmente compreensíveis. Em contextos culturais muito diferentes entre si, de fato, o trabalho é um dos âmbitos mais importantes em que se desenvolvem as relações entre gerações, acentuam-se os mecanismos de socialização dos jovens para os papéis da vida adulta, desenvolvem-se processos de reprodução econômica e social.

As pesquisas IARD sobre a condição juvenil na Itália, efetuadas em 1983 e 1987, produziram alguns resultados relevantes: em primeiro lugar, mostraram como a condição e as atitudes dos jovens italianos relativas ao trabalho, mesmo conservando algumas especificidades significativas, têm se uniformizado às de seus coetâneos de outros países desenvolvidos do ocidente. Em segundo lugar, confirmaram alguns lugares-comuns difundidos na opinião pública, em particular, o estereótipo da re-

cusado do trabalho dos jovens dos anos 70 e do estereótipo da competição individualista e do conformismo dos jovens da década sucessiva. A pesquisa IARD de 1992 confirma e esclarece tais resultados, introduzindo também alguns elementos de novidade.

A propósito da crescente afinidade das atitudes dos jovens italianos com os seus coetâneos europeus, vale a pena destacar algumas tendências claramente perceptíveis. A primeira tendência é o prolongamento da idade juvenil e o significado novo do próprio conceito de juventude: ser jovem é cada vez menos um processo direcionado para uma finalidade, isto é, a meta de se tornar adulto, começar a trabalhar e assumir as responsabilidades da idade adulta e é cada vez mais uma condição social que pode durar vários anos. Os jovens tendem a deixar a família mais tarde e igualmente adiam a idade do casamento e do nascimento dos filhos, tendência esta, mais acentuada na Itália que em outros países por causa das atitudes de proteção mais acentuadas por parte de muitos pais e da menor tendência dos jovens a afastar-se da família por razões de estudo e trabalho e para estabelecer uniões con-

jugais de fato, como acontece difusamente nos países da Europa do Norte e na França.

A segunda tendência é o crescimento das expectativas, determinada pelo aumento do nível de instrução, que comportou um defasamento progressivo entre oferta e demanda no mercado de trabalho, um crescente desemprego intelectual (sobretudo nas áreas em que não se verificou um desenvolvimento dos papéis técnicos e profissionais, relacionados com a conversão industrial e com a expansão da economia terciária, a ponto de satisfazer a demanda de trabalho qualificado dos jovens escolarizados) e uma recusa dos trabalhos com pouco prestígio social que são deixados aos imigrantes.

Enfim, como nos outros países desenvolvidos, a condição laboral e as atitudes perante o trabalho dos jovens são influenciadas pelo gênero, pelo status sócio-econômico da família e pelo lugar de origem e de residência. As desigualdades associadas a tais fatores acham-se bem visíveis na pesquisa de 1992, também no caso do gênero parecem atenuar-se. Com efeito, observa-se uma redução das diferenças entre homens e mulheres em relação ao diploma escolar e à presença nos vários tipos de emprego. De qualquer modo, continuam muito fortes as desigualdades de gênero (a favor, obviamente, dos homens) entre os inativos e entre os que ainda estão à procura do primeiro trabalho.

Nem “hippies” nem “yuppies”

A análise dos estereótipos mostra que a atitude de recusa do trabalho parece interessar a minorias reduzidas. Os jovens da geração de 68 introduziram valores e atitudes antiautoritárias nas relações de trabalho, que se desenvolveram nos anos posteriores, não no sentido de uma crise de mecanismos de socialização para o trabalho, mas no sentido de uma atitude mais racional diante da experiência laboral. O trabalho permanece um aspecto central da vida dos indivíduos, porém, procura-se introduzir mais elementos de liberdade e autonomia, nos casos de trabalhos que permitam realizar as próprias capacidades; trata-se de reduzir as quan-

tidades e os tempos, no caso de trabalhos pouco gratificantes, aos quais ninguém quer sacrificar a própria vida afetiva.

A esse respeito, a pesquisa IARD de 92 permite aprofundar e interpretar melhor a demanda crescente de autonomia e de valorização das próprias capacidades. Tais resultados permitem superar o estereótipo do “yuppismo” dos anos 80. A atitude da maior parte dos jovens em relação à escolha do trabalho não parece caber na execução de um projeto final de afirmação individual e de um planejamento rigoroso da própria carreira, mas parece mostrar, ao contrário, tanto uma atitude de incerteza no momento da escolha do primeiro trabalho quanto uma atitude pragmática e negociadora e um compromisso realista entre opções e oportunidades.

A tendência para uma incerteza crescente acerca das próprias opções laborais pode por sua vez ser atribuída a dois tipos de causas. Em primeiro lugar, o conhecimento escasso e a experiência ainda reduzida que boa parte dos jovens tem do trabalho nos anos de escola: o trabalho é uma realidade bastante remota e pouco visível para muitos estudantes, que só se concretiza sob a forma de trabalho precário e ocasional. Os programas escolares não prevêm formas alternativas de instrução-trabalho, os meios de comunicação de massa transmitem mensagens centradas no tempo livre e no consumo em vez de abordar a produção, tratam da gratificação imediata das necessidades, negligenciando a necessidade de aprendizagens longas e complexas e sobre as obrigações derivadas de um contrato de trabalho. Em segundo lugar, os pais carecem muitas vezes de uma percepção clara das inclinações e das capacidades efetivas dos filhos e das informações adequadas sobre a evolução do mundo do trabalho, quando não oferecem uma imagem do trabalho enquanto fonte de ansiedade, preocupação e cansaço mais que de satisfação. Contudo, tal incerteza não deve ser supervalorizada, pois para muitos ela esconde uma atitude de experimentação e de prova que conduz a adiar a escolha definitiva após ter explorado as próprias capacidades pessoais e as demandas do mercado por meio de diver-

sas experiências de trabalho ocasional, temporário ou precário.

Autonomia, flexibilidade e crescimento profissional

A exigência de autonomia, uma atitude de experimentação e uma abordagem realista quanto à escolha do trabalho, capaz de mediar expectativas e oportunidades, surgem como os traços mais marcantes dos jovens entrevistados. O início da década de 90 coincide com o ápice de um período em que o mercado do trabalho atingiu a plena ocupação nas regiões do norte e também no sul se presencia uma diminuição do desemprego. As estratégias de oferta de trabalho por parte dos jovens se beneficiam com esta conjuntura favorável, que não tem precedentes na última década e são influenciadas também pelas políticas de flexibilização da oferta, adotadas a partir de meados da última década, que modificaram sobretudo os comportamentos dos jovens em busca do primeiro emprego (basta pensar, por exemplo, no desenvolvimento dos contratos de formação e trabalho).

Embora as perspectivas do mercado de trabalho tenham piorado rapidamente, a partir do ano seguinte da acentuação, provocado pela deterioração das condições econômicas gerais, das incertezas crescentes de muitas empresas sobre o futuro e da conseqüente redução dos investimentos, na época em que foi feita a pesquisa (março de 92), a percepção dos jovens acerca do próprio futuro ocupacional, no seu conjunto, era mais positiva que antes, com as costumeiras exceções parciais de algumas áreas do *Mezzogiorno* (região centro-sul). Portanto, é ao contexto sócio-econômico precedente à crise do início da década de 90 que temos de referir-nos para interpretar as atitudes dos jovens.

Grande parte dos jovens, tendo exorcizado a preocupação pelo posto de trabalho, parece muito interessada nos conteúdos e nas modalidades de trabalho e manifestam uma forte exigência de autonomia, não temem a flexibilidade da relação de trabalho, chegando a encará-la favoravelmente, pri-

vilegiam a dimensão criativa do trabalho, capaz de favorecer a realização pessoal, buscam oportunidades de aprendizagem e crescimento profissional, com o objetivo de poder potencializar as próprias capacidades. Neste sentido, é significativa a propensão ao trabalho autônomo, a abrir um negócio por conta própria, a serem os únicos responsáveis pelo próprio trabalho. A relação de trabalho dependente parece sempre ser cada vez menos um modelo apreciado, um porto seguro e protegido para o qual dirigir-se¹.

É preciso destacar também o fato de que a preferência pelo trabalho por conta própria é alta não só entre os filhos de trabalhadores autônomos, mas também entre os filhos de funcionários, ao passo que só é nitidamente mais baixa entre os desempregados, para os quais prevalece, é claro, a preocupação de encontrar trabalho de qualquer jeito. Além disso, o trabalho sempre é considerado importante no projeto pessoal de vida, mas justamente por ser percebido como mais seguro em relação ao passado, perde posição na hierarquia das coisas importantes da vida, em favor da amizade e do amor.

Se examinarmos a relação entre as estratégias dos atores e as condições do contexto, surge claramente a adoção de comportamentos muito realistas, aos quais correspondem atitudes desencantadas e racionais na pesquisa do trabalho, tendentes a encontrar uma mediação praticável entre expectativas e oportunidades do mercado, confirmando assim uma tendência datada de uma década, já presente desde a primeira pesquisa IARD de 83. Por exemplo, cotejando as atitudes dos estudantes e dos jovens que trabalham, observa-se um progressivo redimensionamento das expectativas sobre o traba-

¹ As edições anteriores da pesquisa já sublinharam a preferência dos jovens pelo trabalho autônomo, em detrimento do trabalho dependente, mas o último levantamento mostra uma queda ulterior contra o trabalho dependente (de 32,4% em 1983 para 27,5% em 1992) e um aumento daqueles que respondem “depende”, isto é, que mostram pretender avaliar racionalmente os prós e os contras da alternativa.

lho autônomo, expressão do fato de que as transformações do sistema produtivo (desenvolvimento dos papéis profissionais e de condições laborais com alto grau de autonomia) caminham mais lentamente do que seria exigível pelas expectativas dos jovens. Todavia isso não deve induzir a subestimar tais expectativas de autonomia, auto-realização e retomada de responsabilidade da maior parte dos jovens. Ao contrário, tanto as grandes empresas quanto a administração pública deviam adotar formas de organização do trabalho com características bem definidas de delegação de responsabilidades e de funções, de avaliação dos resultados, de autonomia na definição das modalidades e dos tempos da prestação laboral.

Indicações análogas emergem do exame das modalidades de pesquisa do trabalho, que parecem adaptar-se realisticamente à situação específica do mercado nas diferentes áreas do país. Os jovens meridionais investem com mais freqüência na inscrição nos escritórios de alocação de mão-de-obra e nos concursos públicos, estratégias complementares numa situação de carência de postos no setor privado. Os jovens do norte e do centro confiam mais freqüentemente nos pedidos encaminhados a empresas e nas respostas a classificados que oferecem emprego. Além disso, os resultados da pesquisa desmentem a imagem de que os jovens do sul sejam obrigados, mais que os do norte, a recorrer ao apoio de pessoas influentes para obter trabalho. A persistência da defasagem entre norte e sul também se manifesta pelas diferenças no modo de trabalhar e de encontrar emprego dos jovens. Mas as dificuldades do mundo do trabalho juvenil no sul não são mais uma condição homogênea e difundida e só produzem degradação quando intervêm fatores de precipitação bem identificados pela pesquisa, como baixo nível de estudos, a origem social camponesa e a condição feminina.

Esclarecidas as tendências gerais, vejamos agora analiticamente os principais aspectos da condição laboral dos jovens e de suas atitudes em relação ao trabalho.

Os jovens em condição de (quase) pleno emprego

Antes de mais nada, podemos nos perguntar que peso tem a conjuntura econômica sobre as estratégias de atraso da transição para a idade adulta. Com efeito, se é verdade que nos últimos 25 anos, e não só na Itália, os jovens tendem a adiar cada uma das cinco passagens essenciais a tal transição (conclusão dos estudos, novo endereço residencial, união de casal, trabalho e paternidade-maternidade), também é plausível supor que pelo menos duas dessas passagens sejam muito influenciadas pela conjuntura econômica. A nova residência pode representar, de fato, uma opção realizável só se o mercado de casas for favorável às modestas disponibilidades econômicas de um jovem. Inclusive a entrada no mundo do trabalho pode depender, em última instância, das condições da oferta de vagas. O ano de 1992 mostra condições de emprego muito favoráveis aos jovens. Apesar disso, a percentagem dos que têm uma experiência de trabalho não ocasional desce para 37,9%, em relação aos 43% de 5 anos antes. Portanto, os dados sugerem que a melhoria das condições de mercado não consegue alterar uma tendência cultural muito profunda.

A cota dos jovens em busca do primeiro emprego, categoria histórica da condição juvenil nos últimos 30 anos, reduziu-se a menos de um terço (passando de 11% em 1987 para 3,7% em 1992). Trata-se de uma queda deveras relevante, difícil de encontrar nas estatísticas oficiais de outros países desenvolvidos. Por outro lado, tal dado tem conexão com as dinâmicas ocupacionais reais de 1992, consideradas pelo CENSIS (1992) substancialmente positivas até o outono, e com os resultados do levantamento trimestral ISTAT (1992) sobre as forças de trabalho do segundo trimestre de 1992, que mostram uma leve piora do desemprego a partir de julho.

Existem muitas probabilidades de relação direta entre a diminuição do desemprego juvenil na década de 80 e a aplicação das políticas de flexibilização das relações de trabalho buscada nos úl-

timos anos também na Itália. Basta pensar que os trabalhadores inseridos com contratos de formação e trabalho, que entram exatamente nas faixas etárias incluídas em nossa pesquisa, dobraram depois da metade dos anos 80, até superar meio milhão². Inclusive os contratos de tempo parcial, que não abarcam apenas os jovens, superam 200.000 em 1991.

Os dados obtidos em nossa pesquisa não mostram apenas uma redução drástica dos jovens que esperam o primeiro emprego. Também os desempregados, isto é, aqueles que estão à procura de um novo trabalho, tendo perdido o anterior, diminuíram, embora em proporção menor (passando de 5,3% para 4,9%).

Do total de entrevistados abaixo de 25 anos, 41% hoje trabalham em diversos setores e segundo modalidades muito diferenciadas. Os jovens que desenvolvem uma atividade compõem, de fato, uma categoria heterogênea, pois somente a metade trabalha com um contrato em tempo integral, isto é, segundo a modalidade de trabalho *standard*³. Os autônomos representam 15,4% ao passo que 14,5% têm uma relação de trabalho atípica (*part-time*, trabalho por tempo limitado, trabalho precário). A esse grupo deve ser somado um conjunto de 22,2%, representado por estudantes-trabalhadores.

Dentre os estudantes que atualmente não trabalham (46,8%, em aumento sensível comparado aos 39,1% da pesquisa de 1987), 4,4% já trabalharam de modo não ocasional, 4,9% aceitam com frequência trabalhos ocasionais remunerados. De qualquer modo, 28,2% tiveram pelo menos uma experiência de trabalho ocasional.

Basicamente, pode dizer-se que a percentagem daqueles que, durante a vida, tiveram alguma ex-

periência de trabalho sobe de 60% em 1983 para 66,4% em 1992. Assim, trata-se de um crescimento não negligenciável, que diz respeito essencialmente à ampliação da faixa de emprego marginal. Conforme trataremos de demonstrar recorrendo aos dados sobre a subjetividade do trabalho, a difusão dos papéis marginais corresponde em parte a uma estratégia precisa e depende portanto da combinação de escolhas conscientes e de novas condições estruturais. A atração que o mundo do trabalho exerceu sobre os jovens é testemunhada, de resto, também pela redução dos inativos e dos estudantes que, mesmo não se declarando estudantes-trabalhadores, admitem trabalhar ocasionalmente no momento da entrevista. Este último grupo chega a dobrar no período considerado, passando de 4,3% para 8,5% do conjunto da amostragem. Assim, é verdade que os jovens adiam a entrada definitiva ou “oficial” no mundo do trabalho, permanecendo mais tempo na condição de estudantes, mas experimentam seu sabor com algumas experiências “oficiosas”, de um modo igualmente generalizado (tabela 1).

A atração pelo mercado de trabalho, contudo, não travou o crescimento progressivo a longo prazo do título de estudo, que continua a representar uma credencial importante para ter acesso ao mercado dos empregos. De fato, os que só possuem o curso primário enfrentam uma taxa de desemprego muito mais alta do que aqueles que têm algum diploma (12,7% contra 5,7%) e sobretudo uma percentagem mais alta de desempregados sem estímulo que já não procuram trabalho (22,5% contra 1,5%) (tabela 2).

A tabela 3 mostra além disso de modo evidente a permanência das diferenças tradicionais entre regiões ricas e pobres. No sul, o desemprego é mais alto, é mais elevada a proporção de jovens em busca do primeiro trabalho e também continua alta a percentagem dos inativos, isto é, jovens desempregados que, tendo sido desencorajados, sequer procuram o primeiro trabalho. A situação do mercado de trabalho parece mais favorável na região nordeste que na noroeste. Nas 3 Venezas e na Emília Romana, o grupo de 341 entrevistados só abrange

² Por causa das modificações normativas concernentes a este tipo de contrato de trabalho, os jovens inseridos se reduzem a 286.000 indivíduos em 1991 (cf. Ministério do Trabalho, 1992).

³ Trata-se especificamente de 54,2% sobre um total de 661 indivíduos empregados, isto é, apenas 20,9% do conjunto da amostragem.

Tabela 1
Condição profissional por sexo (%)

Condição	1987		1992	
	M	F	M	F
Trabalhador-estudante/Trabalhador	43,5	30,6	43,9	38,3
Estudante	40,1	38,1	45,1	48,5
Em busca do primeiro emprego	7,8	14,3	2,3	4,2
Desempregado	5,5	5,1	5,1	4,7
Inativo	3,1	11,9	3,6	4,2
	100,0	100,0	100,0	100,0
	N=2.000		N=1.718	

Tabela 2
Condição profissional por nível de estudo (%)

	Elementar*	Média Inferior**	Média Superior***
Trabalhador-estudante/Trabalhador	50,1	47,5	54,6
Estudante	8,8	39,3	30,9
Em busca do primeiro emprego	3,9	2,6	5,2
Desempregado	12,7	5,5	5,7
Inativo	24,5	5,4	3,5
	100,0	100,0	100,0

N=2.500

* corresponde a primeira etapa do ensino fundamental (1ª a 4ª série)

** corresponde a segunda etapa do ensino fundamental (5ª a 8ª série)

*** corresponde ao ensino médio (1º a 3º colegial)

Tabela 3
Condição profissional por zona geográfica de residência (%)

	NO	NE	Centro	Sul
Trabalhador-estudante/Trabalhador	59,4	61,4	46,9	43,1
Estudante	32,9	32,7	41,8	33,0
Em busca do primeiro emprego	1,3	0,5	3,6	6,5
Desempregado	2,8	2,5	4,5	9,5
Inativo	3,6	2,9	3,2	7,9
	100,0	100,0	100,0	100,0

N=2.500

2 (dois) jovens em busca do primeiro emprego. Assim, pode afirmar-se que, no início da década de 90, nessas regiões, o problema não diz respeito aos jovens, mas sim às empresas, que correm o risco de não encontrar trabalhadores em caso de necessidade.

Os homens tendem a entrar mais precocemente que as mulheres no mercado de trabalho, pois entre os empregados, 31,5% dos homens apresentam uma anciandade laboral superior a 4 anos,

contra 23,3% das mulheres. Entre os trabalhadores-estudantes, os homens têm acesso a um trabalho estável com maior frequência que as mulheres, ao passo que elas vivem mais frequentemente experiências de trabalho ocasional. Tal situação é fruto da persistente maior dificuldade relativa do componente feminino para encontrar trabalho e é comprovada também pelo fato de que, para obter um posto, as jovens entrevistadas devem possuir um

título de estudo em média superior ao dos homens. Com efeito, entre os desempregados, as mulheres com diploma representam 45,2% contra 32,7% dos homens. Também as jovens com instrução posterior à escola obrigatória ou diploma superior são relativamente mais numerosas que os homens (9,1% contra 6,4%). Portanto, não surpreende que as taxas de desemprego feminino sejam sensivelmente superiores às dos homens⁴.

A pesquisa mostra o duplo aspecto do desemprego, o quantitativo e o qualitativo. A taxa abrangente representa de fato um indicador de gravidade genérica, concentrada sobretudo entre os jovens do sul, com baixo título de estudo e baixa extração social. A incidência dos que estão em busca do primeiro trabalho nos diz também alguma coisa sobre a qualidade do desemprego: quanto mais baixo é o valor, numa situação de desemprego elevado, mais grave o próprio desemprego, pois envolve jovens que viveram a experiência da perda de um trabalho. É sobretudo o caso daqueles que não terminaram a escola obrigatória, sujeitos a um sistema de expulsão precoce do processo produtivo por causa da falta de capacidade profissional ou até de uma inadequada socialização para o trabalho. Onde, ao contrário, o peso relativo dos jovens em busca do primeiro trabalho é baixo, no interior de uma situação de baixos níveis de desocupação abrangente, pode-se sustentar que a desocupação causada por perda do posto corresponde a uma situação de mobilidade do trabalho absolutamente fisiológica. É esse o caso das regiões do nordeste. Enfim, pode surgir o caso de que níveis de desemprego superiores à média sejam representados sobretudo por jovens em busca do primeiro trabalho. É este o caso das altas qualificações, dos diplomados e sobretudo dos que têm curso superior, entre os quais persistem fenômenos de desemprego intelectual devido às dificuldades para obter um emprego adequado ao nível de instrução formal conseguido.

⁴ As taxas de desemprego são calculadas segundo a definição do ISTAT: relação entre os que procuram trabalho e o total da mão-de-obra ativa.

Porém, as estatísticas sobre as taxas de desemprego ocultam um aspecto ulterior, circunscrito mas grave, constituído por aqueles jovens que desejariam um trabalho, mas sendo desencorajados, não o procuram mais. Entre os filhos de camponeses, por exemplo, a percentagem de desestimulados é de 12,7% do total dos entrevistados, enquanto entre os filhos da burguesia (empresários, dirigentes, profissionais liberais) e entre os filhos de funcionários, tal percentagem desce para 3,2%.

As estratégias para busca de trabalho

São bem conhecidas as carências institucionais do nosso país no campo da orientação profissional, da integração entre escola e trabalho e da inserção dos jovens no mundo do trabalho. A Itália não possui, de fato, um sistema de orientação e formação para os jovens, capilar e eficiente como o francês e sequer estruturas formativas similares às alemãs, que se baseiam na integração estreita entre escola e empresa e prevêm períodos de permanência dos estudantes nas empresas.

Apesar dessas carências estruturais, os dados disponíveis mostram um grau notável de espírito de iniciativa dos jovens italianos. A propensão para o trabalho autônomo e a alta percentagem de entrevistados que viveram experiências de trabalho precoces desde o período estudantil induzem a considerar que os jovens estejam em condições, não obstante tudo, de desenvolver estratégias muito realistas e “competentes” na busca de um trabalho qualitativamente satisfatório. Um primeiro aspecto de tais estratégias consiste na definição dos limites geográficos dentro dos quais movimentar-se para oferecer as próprias capacidades (tabela 4).

A disponibilidade em mudar para encontrar trabalho ou melhorar as condições é muito elevada porque abrange mais da metade dos interrogados e também envolve a maioria dos entrevistados, tanto homens (61%) quanto mulheres (53%). Um título de estudo elevado torna mais disponíveis para a mudança, pois os mais instruídos aspiram a postos de trabalho com maior remuneração e o mer-

Tabela 4

Para encontrar trabalho ou melhorá-lo, estaria disposto a mudar de município? (%)

	NO	NE	Centro	Sul	Total
Não	29,8	35,3	27,3	27,6	29,3
Sim	52,8	51,6	56,8	61,3	56,9
Depende	17,3	13,1	15,9	11,1	13,8
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

N=2.500

cado de trabalho com altas qualificações normalmente é mais vasto que o de mão-de-obra genérica. De fato, enquanto entre os que têm só a 4ª série, pouco mais de um terço (37%) está disposta a transferir-se por motivo de trabalho, tal proporção atinge quase dois terços (64%) entre os que concluíram o 2º grau e os que têm diploma universitário.

A disponibilidade para mudar para o norte engloba 64% dos jovens do sul dispostos a transferir-se, enquanto a disponibilidade de ir para o sul só envolve 34% dos residentes no nordeste, ou seja, aqueles para quem é mais fácil encontrar trabalho na própria zona de residência.

Recentes pesquisas comparadas internacionais reafirmaram a preferência dos trabalhadores italianos em geral para as relações de trabalho autônomo⁵. Tal preferência também é bastante visível em nossa amostragem de jovens e diz respeito, obviamente, mais aos homens que às mulheres, além de ser ligada à disponibilidade de *chances*, como a origem social ou o nível de segurança do atual posto de trabalho. Em particular, enquanto a área geográfica de residência não parece influenciar a preferência pelo tipo de relação de trabalho, os jovens pertencentes a famílias burguesas e de trabalhadores autônomos são relativamente menos propensos ao trabalho dependente, que é ao contrário mais apreciado pelos desempregados e pelos jovens que atualmente possuem relações de trabalho não *standard* (*part-time*, trabalho temporário, contrato de formação e trabalho, trabalho negro etc.) (tabela 5).

⁵ A comparação de 11 amostragens referentes a igual número de países industrializados mostra um nível mais alto de preferência absoluta pelo trabalho autônomo na Itália (cf. Eurisko, 1993).

Num contexto em que os jovens se acham de fato privados de uma tutela e de uma orientação institucional para a entrada no mercado de trabalho (menos de 9% se dirige a centros de orientação), as modalidades de busca deste último mostram a predominância de estratégias individuais e familiares: o posto de trabalho é procurado envolvendo a retícula das solidariedades primárias e as ligações fortes do vínculo de amizade e de parentesco (tabela 6). É verdade que a inscrição nas agências de emprego abrange quase a mesma percentagem daqueles que confiam em amigos e parentes e é a modalidade de pesquisa do trabalho mais difundida (quase três quartos dos entrevistados), mas quem se inscreve nas agências de emprego é também mais pessimista quanto à possibilidade de encontrar efetivamente um posto e, conforme mostram muitas pesquisas, o faz por razões que muitas vezes não têm diretamente a ver com os objetivos ocupacionais⁶.

Os dados mostram ainda estratégias adaptativas ao mercado de trabalho. Enquanto no norte existe um recurso mais freqüente à relação direta com as empresas (demandas, respostas a classificados, inserções), estimulado pelas condições mais favoráveis para a oferta de trabalho juvenil, no sul e no centro, na falta de alternativas, as pessoas se inscrevem sem ilusões nas agências de emprego e participam de concursos públicos com atitude cética.

⁶ Os limites do papel desempenhado pelas agências de emprego no mercado de trabalho são bem conhecidos. A inscrição nas listas de emprego depende de vários fatores, alguns externos (prioridade de acesso a algumas prestações assistenciais), outros só indiretamente relacionados à procura do trabalho (obter pontos em classificações para a admissão mediante concurso).

Tabela 5
Grau de preferência dos jovens pelo trabalho por conta própria (%)

No conjunto:	58,8
homens	65,7
mulheres	51,6
Posição empregatícia:	
contrato estável	52,9
contrato atípico	48,0
trabalhador autônomo	76,2
desempregado	43,1
estudante	64,6
Posição social paterna:	
burguesia	69,1
funcionário	58,0
trabalhador autônomo	61,7
operário	53,0
camponês	52,9
Título de estudo:	
elementar	52,8
média inferior	61,0
média superior ou universitário	56,5

Tabela 6
Modalidade de procura de trabalho (%)

	NO	NE	Centro	Sul	Total
Influência de amigos e parentes	68,7	52,0	56,0	59,2	59,4
Cadastro em agências de emprego	33,0	33,3	46,6	72,0	57,6
Participação em concursos públicos	26,1	24,0	44,0	43,2	38,6
Pedidos em empresas	45,2	40,0	43,1	26,3	33,5
Resposta a classificado	37,4	29,3	32,8	28,7	30,8
Apresentação em escolas, empresas	28,7	33,3	25,9	20,0	23,8
Proteção de pessoas influentes	24,3	13,3	17,2	16,4	17,5
Cadastro em centros de orientação	8,7	8,0	6,9	9,4	8,8
Colocar anúncio em jornais	7,0	12,0	6,0	4,6	6,0

N=2.500

Os jovens que já entraram no mundo do trabalho em diversos níveis continuam a buscar estratégias para melhoria da própria condição. De fato, quase um terço (31,1%) dos empregados procura um trabalho melhor. Esta proporção constitui, obviamente, um dado médio e varia notavelmente conforme os recursos efetivos de que o jovem já inserido pode dispor, além das condições e das características do trabalho que desenvolve. Diante dos 33% que concluíram o 2º grau e dos universitários que procuram um trabalho melhor, evidentemente não se contentando com o primeiro emprego que encon-

traram, colocam-se os 46% que têm menos de 3 meses de ancianidade e portanto demonstram aceitar o posto com a idéia de mudar na primeira oportunidade e 54% daqueles que de algum modo obtiveram um posto de trabalho de baixa qualificação.

Desenha-se, basicamente, um quadro em que a separação entre condição de emprego e condição inativa, entre ocupação e desemprego, não é mais delineada nitidamente como antes. Com frequência os estudantes trabalham; junto aos empregados em tempo integral, sujeitos a contrato de trabalho indeterminado, coloca-se uma proporção significa-

tiva de trabalhadores em condições atípicas, do ponto de vista de contrato de trabalho e de horário. Aqueles que entram no mundo do trabalho concebem o primeiro posto simplesmente como uma ocasião temporária, à espera de encontrar melhores condições, tendo por base a experiência amadurecida e a aquisição de capacidades profissionais *on the job*. Em suma, os jovens dos anos 90 aprenderam a servir-se do mercado do trabalho para explorar uma realidade ocupacional muito mais variada do que no passado, em que o trabalho é descritível como um *continuum* da atividade eventual ao posto de trabalho seguro e esse *continuum* pode ser percorrido mudando o posto de trabalho com frequência, numa situação mais móvel e flexível que no passado, quando o posto era fixo por definição, a ser alcançado de uma vez para sempre.

As condições de trabalho

Nos parágrafos anteriores nos ocupamos das estratégias no mercado de trabalho. Vamos concentrar-nos agora na análise das condições de trabalho. O tema é tão complexo que pouco se adapta a ser estudado de “fora”, mediante um questionário, capaz de nos dar somente uma imagem sumária e um juízo sintético do entrevistado, sem nos permitir captar a extrema variedade das condições efetivas de trabalho, que podem, por exemplo, dividir os professores precários do sul dos operários das regiões com industrialização difusa do centro da Itália, dos funcionários do terciário urbano avançado de uma grande cidade do norte. Apesar disso, a pesquisa permite analisar ao menos dois parâmetros fundamentais da prestação laboral: a retribuição e o horário de trabalho.

As diferenças nos valores médios das remunerações salariais reiteram em parte as desigualdades, emersas nas tabelas precedentes, relativas à entrada no mercado de trabalho: quem tem dificuldades para encontrar um posto provavelmente terá de contentar-se com um medíocre. Todavia, como se deduz da tabela 7, a origem social, mensurada a partir da posição paterna, não está em condições de

explicar as diferenças dos níveis de retribuição, como se a condição juvenil garantisse a todos pelo menos as mesmas condições de partida. Entre o que ganha o filho do camponês e as entradas do filho do profissional ou do dirigente não há diferenças estatisticamente significativas. Sabemos que em pesquisas deste tipo, as respostas sobre rendas tendem, não só a serem subestimadas, mas também a dar uma imagem menos desigual em relação à realidade efetiva. Todavia, as diferenças reaparecem entre os sexos e entre as diversas regiões do país. As mulheres ganham em média um quinto (22,6%) menos que os homens, com um leve agravamento das diferenças com respeito ao levantamento de 1983, embora o nível médio de instrução delas seja, em média, superior ao dos homens. De qualquer modo, a defasagem entre o norte e o sul foi reduzida, embora mantendo níveis consideráveis. Da pesquisa de 1983 resultava que um jovem trabalhador no sul ganhava cerca de um terço (35%) menos que seus coetâneos do resto do país. Em 1992, a diferença foi reduzida a um quarto (-24,7%). As maiores diferenças salariais permanecem, contudo, ligadas ao título de estudo: quem tem diploma universitário ganha em média 50% a mais do que aqueles que só têm a 4ª série.

A desigualdade das condições de trabalho emerge, de modo mais abrangente e qualitativo, da análise das diferenças na duração do período laboral que descreve não apenas a relação óbvia segundo a qual quanto mais se trabalha mais se ganha, mas evidencia também como na faixa do *part-time*⁷, até 29 horas semanais, existe uma enorme disparidade das retribuições para o mesmo horário de trabalho, conforme demonstrado pelo cálculo do desvio pa-

⁷ Aliás, é interessante notar que essa faixa de trabalhadores representa 17,7% do total, mas que só 3,1% declara explicitamente trabalhar em regime de *part-time*. Tal diferença percentual demonstra a aspiração dos jovens ao tempo integral e reforça a hipótese de que o tempo parcial enquanto condição estável seja considerado apenas como uma solução de retrocesso.

Tabela 7
Remuneração média por categorias relevantes em milhares

Média Geral:	1223
homens	1361
mulheres	1053
Áreas de Residência:	
Noroeste	1378
Nordeste	1296
Centro	1300
Sul	1003
Posição Paterna*:	
burguesia	1208
funcionário	1263
autônomo	1235
operário	1194
camponês	1264
Nível de estudo:	
elementar	970
médio inferior	1175
médio superior	1256
universitário	1444

* Diferenças estatisticamente não significativas (sig=>.01).

drão. Para horários de aproximadamente 40 horas semanais correspondem remunerações bem mais altas, representativas do elevamento rápido da curva dos valores médios e da baixa da curva do desvio padrão. Trata-se, de fato, da faixa de trabalho tutelado, que encontramos no mercado de trabalho central, que os jovens almejam. Acima das 45 horas semanais, as retribuições já não aumentam no mesmo ritmo, mas os valores dos desvios padrão recomeçam a se elevar. Isso indica que horários de trabalho particularmente penosos implicam maiores desigualdades econômicas e assinalam a presença de marginalidade e desvalorização.

A essa altura, é interessante analisar as características sociais dos jovens que se colocam principalmente nas áreas extremas do gráfico 2.4. O horário de trabalho efetivo depende antes de mais nada do gênero do entrevistado, pois as mulheres tendem a ter horários de trabalho semanais mais curtos e nas faixas acima das 45 horas semanais sua proporção é muito inferior à dos homens (18% delas contra 36% deles). A explicação corrente de tais diferenças remete para o estado civil das mulheres:

as casadas são menos disponíveis para horários de trabalho longos por causa dos compromissos domésticos. Os dados à disposição exigem contudo uma explicação um pouco mais complexa. Se é verdade, de fato, que na faixa de horário *standard*, ao redor das 40 horas semanais, encontramos uma percentagem de solteiras quase igual à dos homens e que entre as casadas a percentagem se reduz em quase um terço, abaixo das 20 horas a proporção de solteiras equivale à das casadas e é quase o triplo dos homens. Basicamente, os dados confirmam que o horário de trabalho curto é também um indicador de subemprego feminino: muitas mulheres preferem trabalhar com horário reduzido por causa de seus compromissos familiares, mas outras não logram obter um horário maior, como veremos⁸.

⁸ A diferenciação por estado civil de homens e mulheres mostra também que quase a metade das casadas (47,1%) concentra o próprio horário entre 20 e 39 horas semanais, ao passo que mais de um quarto dos homens casados (26,8%) trabalha mais de 50 horas.

Tabela 8
Ocupação e respectivas taxas de feminilização

	% F no Total
Empresário, profissional liberal, proprietário agrícola	26,9
Cargo de Dirigente	40,9
Professor	85,0
Funcionário com tarefas mais intelectualizadas	60,0
Funcionário executivo	51,5
Operário qualificado	27,4
Artesão	40,7
Comerciante	23,1
Aprendiz, trabalhador a domicílio	25,0
Ajudante	37,4
Outros	73,5
Total	43,6

Os jovens do sul não apenas trabalham menos horas em média, mas o horário *standard* de 40 horas semanais abrange a percentagem mais baixa, pois a proporção dos jovens com horário de trabalho longo (superior a 45 horas) é em média mais alta que em outras regiões. A idade também influi no horário de trabalho, no sentido de tornar progressivamente mais homogêneos os regimes ao redor do horário *standard* em tempo integral, à medida que se passa para as faixas de idade mais avançadas. Um horário muito curto, mas também muito longo, é portanto um indicador de marginalidade temporária para quem entrou há pouco no mercado de trabalho.

Os jovens que realizam um trabalho autônomo têm horários de trabalho semanais muito mais longos que os colegas sob regime contratual. De fato, 43,8% deles trabalhou mais de 45 horas na última semana contra 23% dos contratados. O fato de que certas condições de trabalho impliquem horários mais ou menos longos e que certas ocupações imponham um regime semanal específico, pode estar na base da persistente segregação de gênero em muitas ocupações, mas a tabela 8 mostra também que a segregação contra mulheres jovens concerne também outras dimensões, como o nível de qualificação do trabalho manual e o nível de responsabilidade do trabalho intelectual (empresários e profissionais), com uma única exceção significativa no trabalho de funcionários, onde a feminilização das

tarefas mais intelectualizadas supera a dos funcionários executivos.

Em resumo, pode afirmar-se que as gerações jovens não constituem exceção à tradicional regra geral que reza existirem ocupações mais ou menos “adequadas” conforme o gênero. Tendem portanto a persistir os estereótipos que vêm a profissão de magistério como uma ocupação predominantemente feminina e o trabalho autônomo como predominantemente masculino.

A subjetividade do trabalho

O debate dos anos 70 sobre as novas tendências culturais (isto é, as tendências de então) das jovens gerações foi condicionado pela contraposição entre valores materialistas e pós-materialistas. Neste dilema, a imagem do trabalho e seus significados foram assumidos como um indicador confiável da cultura juvenil em geral, tanto na reafirmação da centralidade do trabalho ou na sua negação pós-materialista, quanto na sua concepção instrumental ou realizadora. O nosso ponto de vista é mais circunscrito. Queremos analisar as atitudes e a imagem do trabalho em si mesmas, não enquanto indicadores de um sistema cultural mais vasto. Nesta ótica, o ponto de partida da análise é constituído pela distribuição das respostas relativas ao nível de satisfação no trabalho.

Tabela 9
Satisfação no trabalho (15-29 anos)

	NO	NE	Centro	Sul	Total
Nenhuma	6,1	1,7	7,5	10,4	6,5
Pouca	9,0	7,3	14,1	21,7	13,3
Não sabe	0,9	0,9	1,0	1,2	5,7
Suficiente	53,0	59,0	54,8	49,5	50,8
Muita	31,0	31,2	22,6	17,2	23,7
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

N=1.257

Na pesquisa de 1992, levada a cabo, conforme foi dito, em condições de mercado de trabalho decididamente melhores do que aquelas que caracterizaram as edições anteriores da pesquisa, o grau de satisfação declarada não aumentou, porém tornou-se mais moderado e ponderado. De fato diminuíram os entusiastas (os muito satisfeitos baixaram de 28,7% em 1983 para 25,3%), mas também os insatisfeitos (passaram de 26,6% para 21,2%). Assim, prevalecem os juízos matizados, ao passo que são confirmadas as relações entre nível de satisfação e área geográfica. Mesmo permanecendo nuançada, a avaliação é muito influenciada pelo nível de instrução: os menos instruídos estão bem mais insatisfeitos, enquanto a posse do diploma universitário aumenta igualmente o nível de satisfação (tabela 9).

A satisfação com o trabalho também se relaciona positivamente com o ganho mensal (os muito satisfeitos ganham em média 1.374.000 de liras contra 936.000 dos não satisfeitos) e com a origem social do entrevistado. Demonstrando coerência com o modelo de racionalidade estratégica, os menos satisfeitos estão também mais propensos a transferir-se para melhorar sua condição. Se comparado com pesquisas análogas de amostragens representativas de toda a população⁹, o grau de satisfação no trabalho expresso pelos jovens não se afasta substancialmente daquele dos colegas mais velhos. De fato, as perguntas que visam simplesmen-

te a medir o nível absoluto de satisfação no trabalho pecam por escassa variação e tendem em geral a deslocar a distribuição das respostas sobre valores correspondentes a outros níveis de satisfação declarada. Este fenômeno é bem conhecido e está ligado ao fato de que o juízo sobre o próprio trabalho equivale em parte também a um julgamento sobre si mesmos, envolvendo a imagem e a identidade pessoal. A medida correta do nível de satisfação no trabalho deve por isso ser cotejada com outras grandezas de valor.

Conforme discutido em outra parte do livro¹⁰, no interior da tipologia dos valores apresentada, o trabalho é colocado no terceiro lugar em ordem de importância, depois da família e das amizades/amor. O trabalho conta mais que o tempo livre, que o estudo e a cultura, que o compromisso social, religioso e político. É interessante notar que, em relação às pesquisas anteriores, o valor atribuído ao trabalho perde a segunda posição e é superado pelo concernente aos afetos (amizade e amor). A perda da importância do trabalho em relação a outros objetivos é, em nossa opinião, atribuível à obtenção do pleno emprego e, em consequência, deveria ter um caráter conjuntural. Em particular, podem ser feitas duas previsões para o futuro, tendo por base uma interpretação conjuntural ou uma estrutural. A interpretação conjuntural sugere que a piora das condições ocupacionais juvenis deveria au-

⁹ Cf. Ceri (1988) e Chiesi (1990).

¹⁰ Ver a propósito o capítulo terceiro e, em particular, a tabela 3.1.

mentar a importância relativa do trabalho com relação a outros aspectos da vida. A hipótese estrutural, que se baseia sobre a perda progressiva da importância do trabalho a longo prazo, reforçaria ao contrário as interpretações pós-materialistas da cultura juvenil.

A análise das hierarquias de valores feita por categorias relevantes de entrevistados não parece contudo dar muito crédito a este tipo de interpretação. Percentuais de entrevistados acima da média geral que consideram o trabalho “muito importante” estão presentes entre aqueles que não atingiram ainda uma posição satisfatória, como os jovens à procura do primeiro emprego (72%) e os trabalhadores ocasionais (79,1%). Também os jovens do sul atribuem uma importância relativa maior ao trabalho em relação aos jovens do norte (65,1% contra 57,1%), provavelmente por causa de sua maior escassez relativa. Porém, os modelos de resposta não devem induzir a pensar que o trabalho seja mais importante só para aqueles que visam obtê-lo ou conseguir um outro melhor. Também os que desenvolvem atividades gratificantes e realizadoras, como os empresários (73,8%) e os profissionais (76%), consideram o trabalho muito importante. Mais em geral, a importância atribuída ao trabalho cresce com o aumento do título de estudo.

Em suma, os resultados da pesquisa colocam em evidência que não nos encontramos perante o declínio da importância do trabalho, mas assistimos à transformação de sua concepção. De fato, a hierarquia dos aspectos mais importantes do trabalho sofre uma mudança ainda mais significativa em relação às precedentes edições da pesquisa. Já tinha sido levantado¹¹ que as opiniões dos jovens se dividem entre uma concepção tradicional do trabalho, que assume sua valência instrumental, e considera portanto o rendimento como o aspecto mais importante, e uma concepção realizadora, colocada mais alto

na escala da evolução das necessidades. Com os anos 90, o crescimento dos níveis de instrução e a evolução das condições de trabalho juvenil conduziram ao predomínio da concepção realizadora sobre a instrumental, conforme demonstrado pela inversão na classificação das duas concepções (tabela 10).

O interesse pelo aspecto reditício do trabalho aumenta quando se considera o sul e entre os jovens de extração social mais modesta. O título de estudo influi muito na imagem do trabalho. Com o aumento da titulação cai o interesse pelo rendimento (os jovens que têm apenas a 4ª série colocam a remuneração em primeiro lugar, os que concluíram o segundo grau, em terceiro lugar), pela qualidade das relações com os companheiros de trabalho e com os superiores e pelo horário e aumenta o interesse pela dimensão realizadora, como a possibilidade de melhorar a própria posição e sobretudo a possibilidade de aprender coisas novas e exprimir as próprias capacidades (primeiro lugar entre os que concluíram o segundo grau, terceiro para os jovens só com quarta série).

Em resumo, o trabalho perde uma posição significativa na competição com outros valores existenciais, mas adquire uma dimensão mais apreciada na aspiração qualitativa. O trabalho passa a ser cada vez menos uma necessidade cansativa, a ser conquistada, para reduzir os efeitos negativos de sua ausência, mas tampouco passa a ser neutralizado ou circunscrito, uma vez obtido, para reduzir os efeitos negativos de sua presença.

A tabela 11 exemplifica esta atitude através da análise das respostas à alternativa entre duração do horário de trabalho e remuneração. A maior parte dos entrevistados gostaria de trabalhar mais e ganhar mais, porém, para os que têm diploma de 2º grau e universitário tal propensão se reduz sensivelmente, embora permaneça majoritária. Também a idade influi sobre a alternativa entre horário e salário. A aspiração dos jovens é de chegar logo a uma integração completa no mundo do trabalho, por isso os jovens, que de fato trabalham menos, prefeririam trabalhar mais para ganhar melhor.

Tal propensão se reduz com a idade, por cau-

¹¹ Ver em especial a interpretação dos dados proposta na edição anterior do relatório (cf. Cavalli e de Lillo, 1988).

Tabela 10
Gradação dos aspectos mais importantes no trabalho

1. Possibilidades de aprender coisas novas e exprimir as próprias capacidades
2. O salário, o rendimento
3. A possibilidade de melhorar (rendimento e tipo de trabalho)
4. As condições de trabalho (ambiente, tempo de transporte etc.)
5. Boas relações com os companheiros de trabalho
6. Boas relações com os superiores, com os chefes
7. A possibilidade de viajar muito
8. O horário de trabalho

Tabela 11

Gostaria de fazer menos horas ganhando menos ou ganhar mais fazendo maior número de horas?

	Elementar	Médio Inf.	Médio Sup.	Universitário	Total
Menos horas	13,6	19,7	29,4	28,3	24,1
Mais horas	72,7	63,3	52,0	56,6	58,2
Não sabe	13,6	17,0	18,6	15,1	17,7
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

N=1257

sa da obtenção progressiva de uma posição de trabalho estável e em tempo integral. De fato, 65% dos jovens que trabalham há menos de dois anos gostariam de trabalhar mais, contra 49,5% daqueles que estão empregados há mais de 4 anos.

Assim, pode afirmar-se que a racionalidade ativa com que os jovens enfrentam sua relação com o trabalho parece emergir de um capítulo sobre o individualismo metodológico de um manual qualquer de sociologia. O trabalho é des-ideologizado, os ideais de realização e autonomia deixam espaço também para atitudes moderadamente oportunistas (basta pensar, por exemplo, que 65% dos entrevistados condena o absenteísmo no trabalho como inadmissível, mas apenas 50% se declara alheio ao fenômeno) e também os interesses são buscados numa lógica predominantemente individual, como fica evidente pelo fato de que somente 8,2% dos empregados sob regime contratual participou nos últimos 12 meses de atividades sindicais, ao passo que um percentual maior de autônomos (11,7%) aderiu a atividades das respectivas associações de categoria. Numa lista de 15 organizações, grupos associações e iniciativas coletivas, o sindicato aparece exatamente no último lugar no interesse dos

entrevistados, depois dos clubes desportivos, dos escoteiros e das associações turísticas. Estes dados estão sincronizados com o que emerge do Eurobarômetro de 1990, dedicado aos jovens dos países da União Européia, que mostra o nível de sindicalização italiana de 2,1% semelhante ao da Espanha (1,8%) e da França (2,2%), ao passo que os países em que os jovens são mais sindicalizados atingem apenas 10% como na Alemanha e na Inglaterra. No panorama europeu de declínio da participação sindical, os jovens representam o componente mais crítico. A situação é particularmente grave na Itália, pois, comparando as taxas de sindicalização abrangentes, estimáveis ao redor da média européia de 40% na segunda metade da década de 80, a sindicalização juvenil é relativamente muito baixa, similar à de países como França e Espanha, em que a taxa de sindicalização do conjunto aparece mais baixa em absoluto, ao redor de 15%. Portanto, é preciso explicar o relativo distanciamento maior dos jovens do sindicato em nosso país.

Em geral, foi verificado de forma confiável¹²

¹² Cf. Accornero (1992).

que os sindicatos na Itália permaneceram estranhos ao segundo milagre econômico da década de 80, o que permitiu aos jovens entrar no mercado de trabalho. O sindicato de fato defendeu sempre o emprego das grandes empresas, onde a contratação de jovens foi marginal nos últimos 10 anos e viu o desenvolvimento da pequena empresa dispersa e do terciário como uma vitória das tendências desreguladoras e neo-conservadoras do capital.

Igualmente nas grandes fábricas, a representação sindical de base permaneceu muito tempo impermeável à troca da força de trabalho, por causa de uma incapacidade generalizada de renovar os conselhos de delegados, os quais ficaram por muito tempo como expressão dos segmentos anciãos da força de trabalho. Assim, não causa surpresa que os jovens de nossa amostragem associem, no grau de confiança concedido, a imagem do sindicalista àquela, bastante deteriorada, do funcionário estatal, da classe política e dos membros do governo¹³. Os sindicatos se colocaram tradicionalmente objetivos concretos de tutela do salário, de redução do horário e de melhoria das condições de trabalho e nestes campos obtiveram, no passado, resultados significativos e amplo consenso das bases. A pesquisa mostra que os jovens não são insensíveis a tudo isso, pois as taxas de sindicalização aumentam significativamente entre aqueles que partilham uma concepção instrumental do trabalho. Mas é também verdade que, conforme foi dito, tal concepção tende a ser substituída pelo trabalho enquanto oportunidade de realização¹⁴. Sobre tal objetivo os sindicatos ainda não souberam oferecer nada aos tra-

balhadores, inclusive porque estes têm sido procurados de forma eficaz recorrendo a estratégias individuais, bem mais que coletivas.

Referências bibliográficas

- ACCORNERO, A., (1992). *La parabola del sindacato*. Bolonha: Il Mulino.
- CAVALLI, A. e DE LILLO, A., (1988). *Giovani anni 80*. Secondo rapporto IARD sulla condizione giovanile in Italia. Bolonha: Il Mulino.
- CENSIS, (1992). *26 Rapporto sulla situazione sociale del Paese*. Milão: F. Angeli.
- CERI, P. (org.), (1988). *Impresa e lavoro in trasformazione*. Bolonha: Il Mulino.
- CHIESI, A. M., (1990). I lavoratori dipendenti lombardi. Strategie di mercato e azione collettiva. *IRES/PAPERS*, Collana Ricerche, 27.
- EURISKO, (1993). International Social Survey Program. Gli atteggiamenti verso il lavoro. *Social Trends*, 59.
- ISTAT, (1992). Rilevazione delle forze di lavoro. *Bollettino Mensile di Statistica*, 12.
- MINISTERO DEL LAVORO, (1992). *Lavoro e politiche dell'occupazione in Italia*. Rapporto 1990/91. Roma: Istituto Poligrafico dello Stato.

¹³ Diante da pergunta sobre o grau de confiança concedido a 13 diferentes instituições e figuras sociais, o sindicalista ocupa apenas o décimo lugar.

¹⁴ Por exemplo, a taxa de sindicalização dos trabalhadores dependentes que consideram mais importante o salário e as condições de trabalho supera 10%, ao passo que entre os jovens que buscam sobretudo ocasiões para aprender a exprimir as próprias capacidades, a taxa de sindicalização cai abaixo de 5%.